



## MICROFINANÇAS E INCLUSÃO SOCIAL – UM ESTUDO DE CASO

MARIA LUCINDA SILVA LIMA; LUCAS ARAUJO CARVALHO; MARCELO BARBOSA VIDAL;

UFAC

RIO BRANCO - AC - BRASIL

lucinda.lima@bol.com.br

PÔSTER

Políticas Sociais para o Campo

### **Microfinanças e inclusão social – um estudo de caso**

#### **Grupo de Pesquisa:**

#### **Resumo**

O microcrédito hoje é um fator que vem contribuindo para o desenvolvimento econômico-social de pequenos e médios negócios, urbanos ou rurais. A política creditícia, regra geral é inacessível à maioria dos pequenos produtores ou empresários de pequeno porte, que não atendem as exigências de garantia real dos financiamentos bancários. Diante deste cenário é necessário criar instrumentos e estratégias adequadas às necessidades específicas destas categorias. Assim, o microcrédito, como instrumento alternativo à política tradicional, se apresenta como opção aos pequenos e médios empreendedores em suas demanda de recursos financeiros para investimento ou custeio de seus negócios. No Estado do Acre o microcrédito vem sendo utilizado em alguns municípios, como Acrelândia, Bujarí, Rio Branco, Senador Guiomard, Sena Madureira e Plácido de Castro, cuja avaliação é objeto do presente trabalho.

**Palavras-Chave:** Microcrédito, renda, desenvolvimento.

#### **Abstract**

The microcredit today is a factor that is contributing to the economic-social development of small e medium businesses, urban or rural. The credit politics, general rule it is inaccessible to the majority of the small producers or entrepreneurs of small load, that don't assist the demands of real warranty of the banking financings. Before this scenery it is necessary to create instruments and appropriate strategies to the



specific needs of these categories. Thus, the microcredit as alternative instrument to the traditional politics, comes as option to the small and medium enterprising in their demand of financial resources for investment or costing of their businesses. In the State of Acre the microcredit has been used in some municipal districts, like Acrelândia, Bujarí, Rio Branco, Senador Guiomard, Sena Madureira and Plácido de Castro, whose evaluation is object of the present work.

**Wordskey:** Microcredit, income, development.

## 1. Introdução

As Microfinanças surgiram da necessidade de se criar alternativas de créditos para aqueles que não têm as mesmas condições de acesso aos bancos tradicionais, onde a principal exigência para a obtenção de recursos financeiros é apresentar alguma garantia real para o cliente receber o crédito. O sistema de microcrédito, por outro lado, não se baseia em garantias ou bens, mas em análise sócio-econômica dos clientes que pretendem montar ou ampliar uma atividade que lhes dê retorno garantido, ou seja, que lhes proporcione uma renda efetiva, ainda que modesta. E o diferencial maior da sistemática das microfinanças em relação ao sistema tradicional de financiamento é que o cliente não precisa necessariamente ir até ao banco para contratar um empréstimo, e sim os “agentes de crédito” é que vão até aos clientes. Estes agentes de crédito é que são os responsáveis pela análise socioeconômica dos clientes, que serve de base para a decisão de concessão ou não do financiamento pleiteado.

O presente artigo é o resultado de um estudo cujo foco foi fazer uma caracterização dos tomadores de microcrédito em seis municípios do Estado do Acre: Acrelândia, Bujarí, Rio Branco, Senador Guiomard, Sena Madureira e Plácido de Castro. A finalidade da pesquisa era responder à seguinte pergunta: quais as características dos tomadores de microcrédito nos seis municípios do Acre que servem para estabelecer as devidas relações entre o perfil socioeconômico dos beneficiários e a capacidade do microcrédito em promover melhorias nas atividades produtivas e no bem-estar dos mutuários. Um dos procedimentos do método foi verificar e analisar os dados colhidos nos levantamentos socioeconômicos feitos pelos agentes de crédito, antes dos clientes obterem seus empréstimos e, partir daí, identificar as características



**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



dos tomadores de crédito da área de estudo. O propósito era estabelecer relações de causalidade entre estas características e os impactos dos empréstimos sobre as mudanças das condições socioeconômicas.

Para Muhammad Yunus (1999), fundador o Banco Grameen, e pioneiro das microfinanças da era contemporânea, o acesso ao crédito financeiro deveria ser um direito universal, pois, além do reforço à estrutura produtiva do beneficiário, ele tem um aspecto social imenso. Segundo Yunus, o que os mais pobres necessitam é dinheiro e não treinamento, pois de alguma forma eles já possuem uma habilidade geradora de renda, o que lhes falta é capital para concretizar ou dinamizar essa capacidade. No entanto, ele não prega rejeição ao sistema educacional para os pobres, mas reconhece que a educação não deve ser imposta como condição para obtenção de crédito. Yunus acredita que a educação não deva ser opcional e até, quando possível, deve ser cobrada, o que fará com que os alunos a prezem ainda mais como instrumento de promoção social.

A inovação deste trabalho consiste em detectar as principais características dos mutuários e, a partir delas, construir estratégias e técnicas para o crescimento socioeconômico das famílias dos pequenos produtores, que, em geral, necessitam apenas de uma oportunidade para promover ações transformadoras de sua situação econômica e social, e acreditar no seu potencial de realização. A análise ocorreu em seis municípios selecionados do Estado do Acre, por estarem mais próximos da capital (o que reduziu custos de pesquisa) e por terem um total de 689 famílias contempladas com o microcrédito em 2006-2007, concentrando a maior quantidade dos contratos efetivados no período.

A importância da análise é saber com que tipo de público o sistema está trabalhando e oferecer fundamentos para melhorar a operacionalidade do instrumento a partir de dados colhidos, ou seja, a partir de uma análise consistente do seu funcionamento, de modo que a caracterização possa servir para a construção de uma espécie de planejamento estratégico para o aprimoramento do instrumento como mecanismo de desenvolvimento interno destas famílias contempladas com o microcrédito, e o que se pode fazer para melhorar ainda mais a vida de cada uma delas.



O artigo está dividido em quatro partes: esta introdução, que destaca a importância do tema; a metodologia, onde se apresentam os procedimentos investigativos utilizados no estudo; os resultados e discussões; e uma conclusão e sugestões.

## 2. Metodologia e sua aplicação

Muitos conceitos empregados nas ciências sociais não são claramente definidos, induzindo os pesquisadores a uma série de discussões sobre o real significado de termos como, por exemplo, preconceito racial, classe social, bem-estar, opinião pública, etc. Estes conceitos são chamados de variáveis **latentes**, uma vez que não são diretamente observáveis. Trata-se de *construtos* criados pelos cientistas para estudar e compreender alguma área de pesquisa para a qual não existe método operacional para realizar uma medida de forma direta. Apesar desta caracterização, alguns de seus efeitos aparecerão nas variáveis **manifestas**, ou seja, aquelas que podem ser verificadas. Fica evidente para o pesquisador que medir diretamente um conceito como bem-estar social não é tarefa fácil. Todavia, pode-se discernir quando uma pessoa aprova ou reprova uma atitude preconceituosa ou o quanto uma família melhorou ou piorou seu padrão de vida. Para estudar questões desta natureza pode-se recorrer ao método mais conhecido como *Análise Fatorial*. As técnicas de análise multivariada, entre as quais a análise fatorial, são empregadas para identificar regularidades no comportamento de duas ou mais variáveis. Servem igualmente para testar modelos alternativos de correlação entre as variáveis identificadas.

### 2.1. Análise fatorial

A análise fatorial é uma técnica estatística multivariada que tem como objetivo a transformação de um número relativamente grande de variáveis, em um número reduzido de fatores que possam explicar, de forma simples, as variáveis originais (MANLY, 1986), estabelecendo uma escala ordenada e progressiva de valor explicativo.



O procedimento adotado faz com que o primeiro fator contenha o maior percentual de explicação da variância total das variáveis da amostra. O segundo fator, por sua vez, contenha o segundo maior percentual, e assim por diante. Cada fator, portanto, consiste em uma combinação linear das variáveis originais padronizadas incluídas no estudo. Na composição destes fatores, têm-se os seguintes princípios: as variáveis mais correlacionadas combinam-se dentro de um mesmo fator: as variáveis que compõem um fator são praticamente independentes das que compõem outros fatores; a derivação dos fatores processa-se visando maximizar a percentagem de variância total relativa a cada fator consecutivo; e os fatores não são correlacionados entre si.

Procura-se, assim, determinar os coeficientes que relacionam as variáveis observadas com os fatores comuns. Esses coeficientes determinados de cargas fatoriais desempenham a mesma função dos coeficientes de correlação. Para facilitar a interpretação dos fatores é realizada uma rotação ortogonal pelo método Varimax, que procura minimizar o número de variáveis fortemente relacionadas com cada fator, permitindo, assim, obter fatores mais facilmente interpretáveis.

A análise fatorial relaciona-se a um grupo de técnicas estatísticas cujo foco é apresentar um conjunto de variáveis em termos de um número menor de variáveis hipotéticas (KIM e MUELLER, 1978). Conforme Schilderink (1970), a técnica de análise fatorial busca determinar as correlações quantitativas entre as variáveis, de forma a agrupar aquelas cujo padrão é mais parecido para formar um fator causal subjacente e determinado.

Para possibilitar a comparação, as  $N$  observações das  $n$  variáveis devem ser primeiramente normalizadas. A normalização tem como foco demonstrar, em desvios padrões, os desvios das observações originais em relação à sua média. Cada variável normalizada  $z_i$  ( $i = 1, 2, \dots, n$ ) deve ser relacionada isoladamente às variáveis hipotéticas ou fatores  $f_j$  ( $j = 1, 2, \dots, m$ ), ( $m < n, N$ ). Tais relações são lineares e apresentam, no modelo fundamental de análise fatorial, a seguinte expressão analítica (Harman, 1960):



$$z_i = a_{i1} f_1 + a_{i2} f_2 + \dots + a_{im} f_m + d_i u_i \quad (i = 1, 2, \dots, n) \quad (1),$$

onde cada uma das  $n$  variáveis é definida, em termos lineares, como função dos  $m$  fatores comuns  $ff$ , aos quais se correlacionam por intermédio das cargas fatoriais ou coeficientes de conexão  $a_{ij}$ , que sinalizam em que medida e direção as variáveis  $z_i$  estão correlacionadas com o fator  $ff$ ; e de um fator único  $u_i$ , que explica a variância remanescente.

A constatação de que os fatores gerais causaram determinada relação entre as variâncias de  $z_i$ , é preciso que sua variância total ( $\sigma_i^2$ ) seja distribuída em três componentes:

1. a variância comum ou *comunalidade*, ( $h_i^2$ ), isto é, que proporção da variância total de  $z_i$  está relacionada com a variância das demais variáveis ou conjuntos de variáveis;
2. a variância específica ou *especificidade*, ( $s_i^2$ ), ou seja, a parte da variância total que não demonstra qualquer associação com a variância das demais variáveis;
3. o erro ou *distúrbio*,  $e_i^2$ , que é a parte da variância distribuída nos erros das observações, ou a variáveis relevantes ao estudo, contudo não consideradas no mesmo.

No presente estudo, dado o caráter multidimensional do conceito de microcrédito, utilizou-se técnicas da análise estatística multivariada, especificamente a análise fatorial via componentes principais, no sentido de caracterizar os tomadores de microcrédito em seis municípios selecionados do Estado do Acre. Esta técnica tem como princípio básico a redução do número original de variáveis, por meio da extração de *fatores* independentes, de tal forma que esses fatores possam explicar, de forma simples e reduzida, as variáveis originais.

A análise fatorial através do método de *componentes principais* faz com que o primeiro fator contenha o maior percentual de explicação da variância total das



variáveis da amostra. O segundo fator, por sua vez, contém o segundo maior percentual, e assim por diante. Cada fator, portanto, consiste em uma combinação linear das variáveis originais padronizadas incluídas no estudo. Na composição desses fatores, têm-se os seguintes princípios: as variáveis mais correlacionadas combinam-se dentro de um mesmo fator; as variáveis que compõem um fator são praticamente independentes das que compõem outros fatores; a derivação dos fatores processa-se, visando maximizar a porcentagem de variância total relativa a cada fator consecutivo; e os fatores não são correlacionados entre si.

Procurou-se, assim, determinar os coeficientes que relacionam as variáveis observadas com os fatores comuns. Esses coeficientes, denominados cargas fatoriais, desempenham a mesma função dos coeficientes de correlação.

O modelo de análise fatorial pode ser expresso algebricamente da seguinte forma:

$$X_i = a_{i1}F_1 + a_{i2}F_2 + \dots + a_{im}F_m + e_i \quad (2),$$

em que  $X_i$  representa o  $i$ -ésimo escore da variável padronizada, com média zero e variância unitária ( $i = 1, 2, \dots, m$ );  $F_j$  indica os fatores comuns não correlacionados, com média zero e variância unitária;  $a_{ij}$  representa as cargas fatoriais, e  $e_i$  corresponde ao termo de erro que capta a variação específica de  $X_i$  não explicada pela combinação linear das cargas fatoriais com os fatores comuns.

O quadrado das cargas fatoriais representa a contribuição relativa de cada fator para a variância total de uma variável. A soma dessas cargas fatoriais ao quadrado, para cada variável, oferece a estimativa da *comunalidade*, que, por sua vez, indica a proporção da variância total de cada variável que é explicada pelo conjunto de fatores comuns.

Após calcular as cargas fatoriais e identificar os fatores, torna-se necessária a estimação do *escore fatorial*, por meio do método semelhante ao de regressão. O escore para cada observação (ano) é, portanto, resultado da multiplicação do valor (padronizado) das variáveis pelo coeficiente do escore fatorial correspondente, sendo a expressão geral para estimação do  $j$ -ésimo fator,  $F_j$ , dada por:



$$F_j = W_{j1}X_1 + W_{j2}X_2 + W_{j3}X_3 + \dots + W_{jp}X_p \quad (3)$$

em que os  $W_{ji}$  são os coeficientes dos escores fatoriais e  $p$ , o número de variáveis.

Para testar a adequabilidade do modelo de análise fatorial, geralmente se utilizam a estatística de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e o teste de *Bartlett*. O KMO é um indicador que compara a magnitude do coeficiente de correlação simples observado com a magnitude do coeficiente de correlação parcial. Levando em conta que os valores desse teste variam de 0 a 1, pequenos valores de KMO (abaixo de 0,50) indicam a não-adequabilidade da análise. Por sua vez, o teste de esfericidade de *Bartlett* serve para testar a hipótese nula de que a matriz de correlação é uma matriz-identidade. Se essa hipótese for rejeitada, a análise pode ser realizada.

## **2.2. Caracterização dos tomadores de microcrédito em seis municípios do Estado do Acre:**

A construção da caracterização dos tomadores de microcrédito dos seis municípios estudados levou em consideração vinte e seis variáveis, a seguir identificadas. Antes, porém, é importante ressaltar que cada uma delas apresenta uma característica importante, assim, permitindo realizar uma melhor interpretação dos dados nas análises realizadas:

O X1 – *Sexo*: é a variável que explica qual a predominância do sexo dos tomadores de microcrédito.

O X2 – *Moradia*: é a variável que explica se a moradia dos clientes é própria, alugada ou cedida.

O X3 – *Tipo de Moradia*: é a variável que explica qual o tipo de moradia que os clientes têm, se é de alvenaria, madeira ou mista.

O X4 – *Tempo de Moradia*: é a variável que explica o tempo de moradia dos clientes na residência.

O X5 – *Quantidade de pessoas que moram na casa*: é a variável que indica quantas pessoas moram na casa dos clientes.





**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



O X6 – *Quantidade de filhos*: é a variável que apresenta a quantidade de filhos que o tomador de microcrédito tem.

O X7 – *Filhos que trabalham*: é a variável que apresenta se os filhos ajudam na renda familiar trabalhando.

O X8 – *Renda Per capita*: é a variável que indica a renda per capita mensal dos clientes.

O X9 – *Gasto familiar*: é a variável que indica o gasto total familiar mensal.

O X10 – *Estado Civil*: é a variável que apresenta o estado civil dos clientes, se é casado, solteiro, divorciado, separado ou viúvo.

O X11 – *Conta corrente ou poupança* – é a variável que vai explicar se o cliente tem ou não conta corrente ou até mesmo poupança.

O X12 – *Tipo de Negócio*: é a variável que apresenta o tipo de negócio que o cliente pretende montar ou ampliar, se é comércio, se é produção ou serviço ao pegar o crédito.

O X13 – *Escolaridade*: é a variável que apresenta o grau de escolaridade dos tomadores de microcrédito.

O X14 – *Negócio*: é a variável que apresenta se o cliente já tinha atividade empreendedora ou não ao obter o crédito.

O X15 – *Tipo de Atividade*: é a variável que vai explicar qual tipo de atividade o cliente vai trabalhar ou que já trabalha, se é uma mercearia, banca de bombom, salão de beleza, entre outras atividades.

O X16 – *Sede do Empreendimento*: é a variável que nos mostra se a sede do empreendimento é alugada ou própria.

O X17 – *Duração da atividade*: é a variável que explica a duração de tempo na atividade econômica.

O X18 – *Ponto do Estabelecimento*: é a variável que nos apresenta se o ponto do empreendimento do cliente é fixo, ambulante ou feirantes.

O X19 – *Crianças*: é variável que explica quantas crianças que moram na residência.



O X20 – *Adolescentes*: é variável que explica quantos adolescentes que moram na residência.

O X21 – *Adultos*: é a variável que explica quantos adultos moram na casa e que possa a vim ajudar na renda familiar.

O X22 – *Receita Operacional*: é a variável que explica a entrada de valores mensais com relação a venda dos produtos ou serviços da atividade.

O X23 – *Custo Operacional*: é a variável que explica a saída de valores mensais com relação à compra dos produtos ou insumos necessários para o andamento da atividade.

O X24 – *Lucro Operacional*: é a variável que vai apresentar o lucro mensal da atividade.

O X25 – *Valor disponível da Prestação*: é a variável que apresenta o valor que o cliente tem disponível ao pegar empréstimo.

O X26 – *Valor recebido*: é a variável que apresenta quanto o cliente vai pegar emprestado.

### **2.3. Fonte de dados**

Os dados utilizados neste trabalho são provenientes da OSCIP - Associação Amazoncredi - AC / Projeto Semente e Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado do Acre, contidos na Ficha Cadastral de cada mutuário.

### **3. Resultados e discussões**

Com a finalidade de estabelecer a caracterização dos clientes que obtiveram crédito em seis municípios do Estado do Acre, objetos da pesquisa, foi realizada uma análise fatorial utilizando-se vinte e seis indicadores, acima descritos, que resumem informações importantes sobre as características dos tomadores de microcrédito.

Considerando os 26 indicadores de clientes que obtiveram crédito, no período de 2006 e 2007, procedeu-se à análise fatorial, extraindo dez fatores que, em conjunto, explica aproximadamente 65% da variância total acumulada dos 26 indicadores. A Tabela 1 apresenta as raízes características e o percentual da variância explicada por



cada um dos fatores. Como podem ser observados, os dez fatores, do primeiro ao último, extraídos da análise realizada explicam, respectivamente, 14, 10, 8, 6, 5, 5, 5, 4, 4, 4% da variância encontrada.

O teste de *Bartlett* foi realizado, e o valor obtido (7.135.909) mostrou-se significativo a 1%, rejeitando a hipótese nula de que a matriz de correlação é uma matriz-identidade. O teste de KMO, para a análise da adequabilidade da amostra, apresentou um valor de 0,559, indicando que a mesma é passível de ser interpretada pelas técnicas da análise fatorial.

Tabela 1 – Fatores obtidos pelo método componentes principais, após a rotação varimax, com base nos dados dos levantamentos sócio-econômico de 06 municípios do estado do Acre, no período de 2006 e 2007

Fator	Raízes características	Variância Explicada pelo Fator%	Variância Acumulada %
1	3.798	14.068	14.068
2	2.741	10.153	24.221
3	2.217	8.210	32.431
4	1.567	5.803	38.234
5	1.505	5.576	43.810
6	1.327	4.915	48.726
7	1.173	4.343	53.069
8	1.153	4.270	57.339
9	1.114	4.126	61.466
10	1.103	4.086	65.552

Fonte: Resultado da Pesquisa.

Na Tabela 2, apresentam-se as cargas fatoriais, as comunalidades e a proporção da variância explicada pelos dez fatores considerados na análise. Como se pode verificar, as comunalidades que indicam a proporção da variância da variável que é explicada por cada fator apresentaram valores elevados, mostrando que praticamente todas as variáveis têm sua variabilidade significativamente captada e representada pelos dez fatores.



Conforme demonstra tabela 2, constata-se que o fator 1 está mais correlacionado com as seguintes variáveis: quantidades de crianças que moram nas residências (X-19) e duração da atividade (X-17) explicando a duração de tempo na atividade econômica.

O fator 2, no entanto, está mais relacionada com as seguintes variáveis: Quantos filhos (X-6) e se os filhos menores trabalham (X-7). E na seqüência o fator 3 se relacionou mais com as seguintes variáveis: custo operacional (X-23) e lucro operacional (X-24) da atividade. O fator 4 se relacionou com a variável: estado civil (X-10). Enquanto o fator 5 se relacionou com a variável: valor recebido de crédito (X-26). O fator 6 se relacionou com a variável: moradia (X-2) se é própria ou não. E o fator 7 se relacionou com a variável: tipo de moradia (X-3). E o fator 8 se relacionou com a variável: conta corrente ou poupança (X-11). E o fator 9 se relacionou com a variável: renda per capita (X-8) E por fim, o fator 10 se relacionou com a variável: escolaridade (X-13).

Como maneira de melhor explicar as análises, atribui-se aos fatores denominações, com referências nas observações das variáveis, ou seja, quais estão mais

Variáveis	CARGA FATORIAL										COMUNALIDA DES
	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	
X1	-.416	-.035	.104	.064	.073	-.411	-.193	-.254	-.106	-.054	.479
X2	-.099	.024	-.097	.053	.012	<b>.753</b>	-.216	-.091	.000	.078	.650
X3	.096	-.068	-.018	.003	-.021	-.029	<b>.853</b>	-.036	.025	.020	.746
X4	.173	.035	.243	-.185	-.326	.266	-.095	.263	-.209	-.048	.426
X5	.313	.066	.029	.127	-.065	.055	-.076	-.325	.294	.484	.559
X6	.030	<b>.860</b>	.021	.416	.065	-.012	-.056	.111	-.010	.038	.936
X7	.073	<b>.894</b>	-.017	.142	.126	-.001	-.127	-.012	.071	-.047	.865
X8	-.136	-.009	.053	-.133	.027	.024	.003	-.016	<b>.821</b>	-.031	.716
X9	.009	-.646	.109	.183	.505	.082	.043	-.205	-.100	-.055	.781
X10	-.013	.080	.113	<b>.839</b>	-.049	.089	-.001	-.104	-.091	.008	.752
X11	-.049	.014	-.014	.009	.039	-.046	-.053	<b>.784</b>	.004	.074	.629
X12	.205	-.064	-.052	.185	-.140	.253	-.010	.018	.174	-.468	.416
X13	-.044	-.065	-.081	.099	-.031	.110	.048	.156	-.023	<b>.731</b>	.597
X14	-.309	-.236	.083	.082	.166	.325	.313	-.167	-.057	.110	.439
X15	.523	-.028	-.097	-.107	.061	.003	-.154	-.083	-.334	.076	.447
X16	-.321	.008	.007	-.024	-.014	-.538	-.259	.004	-.011	.115	.474
X17	<b>.826</b>	-.023	.010	-.019	-.030	.043	.051	-.033	-.079	.003	.697



X18	-.931	.032	.045	.022	.004	-.073	-.020	.021	.023	.038	.878
X19	<b>.861</b>	-.032	-.067	.003	-.044	.011	.141	.022	-.016	-.058	.773
X20	-.291	.746	.031	-.232	-.037	.078	.103	-.225	-.179	-.006	.797
X21	.524	.343	-.065	.357	.176	-.058	-.247	.206	.260	-.081	.736
X22	-.494	.122	.031	.543	.000	-.058	.076	.202	-.066	.137	.628
X23	-.015	-.021	<b>.784</b>	.043	-.069	.009	-.057	-.018	.045	.014	.628
X24	-.072	.031	<b>.819</b>	.097	-.095	-.059	-.074	-.087	.006	-.067	.716
X25	.077	.009	.569	.009	.396	-.011	.102	.120	.115	.139	.545
X26	-.033	.072	.103	-.096	<b>.898</b>	.019	-.054	.079	-.007	-.002	.842
X27	-.169	-.055	.670	-.021	.212	-.066	.094	.017	-.050	-.072	.547

Tabela 2 - Cargas fatoriais e Comunalidades, após ser efetuada a rotação ortogonal pelo método Varimax

Fonte: Resultado da Pesquisa.

fortemente relacionadas entre si. Como é o caso do fator 1, que se relaciona com as variáveis: quantidades de crianças que moram na casa (X-19) e duração de tempo na atividade (X-17). Desta forma, observa-se que o fator 1 captou a informação de que a quantidade de crianças no domicílio influencia na caracterização do tomador de microcrédito e também o tempo que eles estão atuando na atividade econômica. Tendo em vista esta situação, podemos denominar o fator 1 como vínculo familiar com duração na atividade econômica.

Por outro lado, o fator 2 está mais relacionado com as seguintes variáveis: quantidades de filhos (X-6) e se os filhos trabalham (X-7). Desta forma, observa-se que este fator 2 agrega informações a respeito da quantidade de filhos que residem em suas casas e se eles podem contribuir na formação da renda familiar. Considerando esta situação, podemos também denominar o fator 2 de vínculo domiciliar com potencial de mão-de-obra familiar.

O fator 3, por sua vez, está mais relacionado com custo operacional (X-23) e lucro operacional (X-24) na atividade empreendedora. Observa-se, portanto, que podemos caracterizá-lo como a atividade econômica real, apresentando os custos e os lucros do processo produtivo.

Enquanto os fatores 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 podem ser denominados, no entanto, de atividades empreendedoras e estrutura familiar, pois, o fator 4 se relacionou com a variável: estado civil (X-10), que verifica se o tomador de crédito é casado ou não, refletindo a influência da estrutura familiar. O fator 5 se relaciona com a variável (X-



26), o valor recebido que o cliente obteve para implantar ou ampliar sua atividade econômica. O fator 6 se relaciona com a variável moradia, o que significa que a variável refletiu a condição de propriedade, se é própria, alugada ou cedida. O fator 7 está mais relacionado com a variável: tipo de moradia (X-3), se é de alvenaria, madeira ou mista, agregando informações da real situação das necessidades dos tomadores de microcrédito analisando qual destas estão em destaques para realidade local. O fator 8, por sua vez, está mais relacionado com a variável: conta corrente ou poupança, apresentando a real situação econômica dos mesmos ao tomarem o crédito, e se esta condição deixa de ser um fator que venha ser um empecilho ou não para a tomada de crédito. O fator 9 está mais relacionado com a renda *per capita* dos clientes, que chega a ser inferior a meio salário mínimo. E, por fim, o fator 10 se relacionou com o nível escolar dos clientes, demonstrando se o nível de escolaridade pode ou não influenciar na tomada de decisões dos empreendedores quanto à demanda de crédito.

Verifica-se, portanto, que a característica mais relevante na análise é que os tomadores de microcrédito possuem em comum uma correlação, sintetizada no fator 1, entre a quantidade de crianças integrantes das famílias e o envolvimento dos filhos nas atividades produtivas. As famílias são bastante numerosas, o que indica ser este um fator preponderante para análise, pois, percebe-se que existe uma maior necessidade destas famílias para obtenção do microcrédito, uma vez que nestes casos a renda *per capita* é bem menor, revelando situação de sobrevivência mais precária. Neste sentido, as condições de subsistência das famílias apontam para necessidade de melhorar a renda familiar através do microcrédito.

#### **4. Conclusão e sugestões**

O presente artigo procurou apresentar de forma clara e sucinta as características principais dos tomadores de microcrédito nos seis municípios selecionados do Estado do Acre. A construção do quadro característico do público-meta, beneficiário do programa de microcrédito, partiu dos dados cadastrais das famílias participantes da amostra. A escolha das microfinanças como temática central da pesquisa deve-se à sua importância para mudanças efetivas na organização econômica e social de comunidades



**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



menos favorecidas, uma vez que se trata de uma interessante política de inclusão econômica e social das populações empreendedoras mais carentes, visto que, dada a metodologia empregada na investigação adequada para esse público, tem uma grande capacidade de alcance às populações mais pobres.

Dentre as características identificadas destacam-se renda *per capita* inferior a meio salário mínimo e famílias numerosas, que buscam ampliar a sua renda familiar mensal através do microcrédito, reforçando as atividades existentes ou estimulando a criação de novas oportunidades de ocupação. A fragilidade da situação econômica das famílias estudadas e a precariedade da condição social de seus membros explicam o estado de exclusão a que estão submetidos.

Para estas famílias que se tornaram tomadoras de microcrédito, a principal necessidade é de capital para aquisição de pequenos ativos fixos, compra de matérias-primas e auto-remuneração da força de trabalho para produzir mais, vender mais e, assim, ampliar sua renda. Desta forma, precisam ter acesso ao crédito rápido, oportuno, sucessivamente progressivo, sem burocracia, com procedimentos simples e garantias de fácil obtenção, além de estrutura e logística adequadas à sua realidade.

Isso implica que o desenho e implantação de produtos ofertados pelas microfinanças devem levar em conta estas características comuns entre as famílias estudadas e sua heterogeneidade, à luz da realidade local. É necessário buscar estratégias específicas de apoio aos contemplados com o microcrédito, no sentido de reforçar sua capacidade de absorver as inovações recebidas e, desta forma, melhorar a renda familiar, o meio mais fundamental e digno fator de inclusão social e de promoção de cidadania.

Em suma, como formalização teórica, instrumento da dinâmica econômica ou como objeto de política pública, as microfinanças são um processo em construção, uma inovação revolucionária na rigidez do marco institucional que sustenta as regras da esfera financeira da economia. O desafio está exatamente em buscar os pontos fortes e fracos de experiências vivenciadas, na busca de uma nova geração de organizações microfinanceiras que, ao mesmo tempo, consigam evoluir em escala e eficiência razoáveis para atingir sua sustentabilidade, e produzir impactos positivos, com controle



social e compromisso com o desenvolvimento local sustentado.

Verifica-se, portanto, que o desenvolvimento econômico local depende da mudança na realidade existente de cada família, de modo a ampliar as fronteiras de abrangência do instrumento enfocado. Neste sentido, necessita-se aprofundar os estudos voltados para o conhecimento da realidade econômica e social da comunidade, visando estabelecer estratégias para melhorar o nível de desenvolvimento local de cada município. E as experiências de microcrédito têm demonstrado que é possível criar emprego a partir de uma ação planejada local, governamental ou não, principalmente quando a proposta vem acompanhada de outras iniciativas, contribuindo, entre outros resultados, para melhorar o acesso à educação, à moradia e a níveis superiores de consumo alimentar por parte dessas famílias.

Entretanto, o entendimento sobre desenvolvimento econômico local projeta-se para além dessa discussão, incorporando-se aos debates sobre o desenvolvimento em termos macroeconômicos rigorosos, voltando sua atenção para o desenvolvimento das regiões, do espaço regional ou local, reconhecendo a importância dessa esfera para o desenvolvimento do país como um todo (STORPER, 1997; Diniz, 2000; Amaral Filho, 2001).

Finalmente, o presente trabalho também procurou contribuir com a análise de microcrédito a partir da abordagem do desenvolvimento local. Observando-se o instrumento a partir dessa perspectiva, conclui-se que o modelo de microfinanças pode gerar emprego e renda para camadas geralmente excluídas do sistema financeiro tradicional e do processo produtivo dominado pela organização econômica moderna.

Por meio do combate à pobreza e da melhoria das condições de vida das famílias beneficiadas, vimos que a proposta de microcrédito busca auxiliar no desenvolvimento do país como um todo, ou seja, o microcrédito contribui para a sinergia das diversas ações de desenvolvimento local, alçando pessoas pobres à condição de agentes indutores de mudanças, produzindo impactos positivos para o capital social das regiões.

Conclui-se que, a partir da análise fatorial, as verdadeiras características dos tomadores de microcrédito dos seis municípios do Estado do Acre formam a identidade dessa gente humilde. Apesar de tudo, são pessoas aptas a receberem o crédito, pois,





existe uma real necessidade de mudança do perfil econômico e social destas famílias, que buscam melhorar o padrão de vida através de pequenos créditos. São pessoas que estão em busca de oportunidades com um único propósito: mudar para melhor suas vidas e de suas famílias.

O programa de microcrédito tem proporcionado através do Projeto Semente esta oportunidade de realizar os sonhos das famílias contempladas com “pequeno” crédito, que até pode parecer pouco aos olhares de quem tem acesso fácil ao sistema tradicional de crédito, mas para a grande maioria das famílias beneficiadas, os valores recebidos fazem uma grande diferença. Uma diferença que faz refletir sobre cada passo dado, cada meta atingida e cada dificuldade vencida. Basta ver nos olhos destas pessoas para enxergar a esperança de um sonho realizado. E que o desenvolvimento de uma nação se fortalece a partir do desenvolvimento local, e que vivenciando fatos e realidades distintas podemos melhorar e buscar alternativas de mudanças para uma nova vida.

Há muito espaço ainda para inúmeros estudos de casos dos programas existentes no país, de forma a tornar possível uma avaliação do impacto real desses programas nas comunidades onde eles têm sido aplicados.

## 5. Referências bibliográficas

ALMEIDA, Lareyne. **Introdução ao Microcrédito: Um Instrumento de Combate à Pobreza.**

ALVES, Sergio Darcy da Silva; SOARES, Marden Marques. **Democratização do crédito no Brasil e atuação do Banco Central.** Brasília: Banco Central do Brasil, 2003. 46 p.

AMARAL FILHO, Jair do. **A endogeneização do desenvolvimento econômico regional e local.** In.: *Planejamento e Políticas Públicas*, n.º 23, Rio de Janeiro: IPEA, 2001, pp. 261-286.

\_\_\_\_\_. **É negócio ser pequeno, mas em grupo.** In.: BNDES. *Desenvolvimento em Debate*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002, pp. 85-118.

ARROYO, João Cláudio (org). **Solidariedade & Sucesso: a experiência do Banco do Povo de Belém** / por João Cláudio Arroyo, organizador. – Belém: Prefeitura Municipal de Belém.

ARRUDA, K. F. **O marco legal do terceiro setor e o microcrédito.** *Revista de Administração Municipal*, IBAM, ano 46, n. 229, p. 10-13, mai/jun. 2001.



BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Microcrédito – Bases Teóricas de discussão, Auto-Sustentabilidade e Políticas Públicas** In: III SEMINÁRIO BANCO CENTRAL SOBRE MICROFINANÇAS, 2004, Goiânia. Anais... Goiânia (s.n), 2004.

BARONE, Francisco Marcelo, LIMA, Paulo Fernando, DANTAS, Valdi e REZENDE, Valéria. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. Disponível em: [www.comunitas.org.br/docs/CS-37Result\\_Selec.pdf](http://www.comunitas.org.br/docs/CS-37Result_Selec.pdf)

CALDAS, Eduardo de Lima. **Experiências de Microcrédito**. In: Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, AP33, Anais. Foz do Iguaçu, 1999.

CAVALCANTE, A.B. **Programa de microcrédito no nível local: uma alternativa de política pública para ampliar as oportunidades de negócio dos micro e pequenos empreendimentos formais e informais**. 2002. (121 p.) Dissertação de Mestrado em Administração Pública e Governo – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

DINIZ, Clélio C. **Global-Local: interdependências e desigualdades ou notas para uma política tecnológica e industrial regionalizada no Brasil**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ (Nota Técnica 9), 2000.

GALLAGHER, T.; DUDLEY, D.; ARAÚJO, A.C.; CORREA, V.; FORTUNA, J.; BOTELHO, R. **O Mercado de crédito para pessoas de baixa renda no município do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: DAI-Brasil/APD-Rio, 2002.

GOLDMARK, L.; POCKROSS, S.; VECHINA, D. **A situação de microfinanças no Brasil**. [S.I.]: PDI/BNDES, 2000.

JANSSON, Tor e TABORGA, Miguel. 2000. **The Latin American Microfinance Industry – How Does it MeasureUp?** Inter-American Development Bank.

KHANDLER, S.R., **Grameen Bank: performance and sustainability**, World Bank Discussion Paper, 306, Washington, D.C, 1995.

KIM, J. & MUELLER, C. W. (1978). **Introduction to Factor Analysis: What It is and How to Do It**. Sage Publications, London.

LEMOS, J.J.S. **Indicadores de Degradação no Nordeste Sub-úmido e Semi-árido**. Revista SOBER, 2000, p.1-10.

LUCAS, R. **On the mechanism of economics development**. Journal of Monetary Economics, 22(1), 1988. (Volume 22, Issue 1)

MILLER, Roger Leroy. **Microeconomia: Teoria, questões e aplicações**. São Paulo: Editora McGRAW-HILL do Brasil, 1981.



NICHTER, Simeon, Lara Goldmark e Anita Fiori. **Entendendo as Microfinanças no Contexto Brasileiro**. PDI/BNDES, 2002.

NOGUEIRA DA COSTA, F. “**A revolução do microcrédito**”. Folha de São Paulo, 15/01/2001. Caderno Dinheiro, pág. B2.

NOGUEIRA DA COSTA, F. (1999) *Economia Monetária e Financeira*. São Paulo: Makron Books.

PARENTE, Silvana. **Microfinanças: saiba o que é um banco do povo**. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2004. (Coleção prazer em conhecer, v. 1).

PEPALL, J., **Bangladeshi Women and the Grameen Bank**, Science from the Developing World, August 4, 1998.

POLLAK, L.M.; CORBETT, J.D. **Using GIS datasets to classify maize-growing regions in Mexico and Central America**. Agronomy Journal, v.85, p.1133-1139, 1993.

RIBEIRO. Adauto R. **A importância do microcrédito: a experiência de Grameen**. Revista da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e de Administração de Empresas Padre Anchieta. *Análise - Ano III - Nº 5 - Março/2002*.

ROSA, Antônio Lisboa Teles da. **Microcréditos: possibilidades e limitações**. Fortaleza: UFC, 1998. (Textos para discussão, n. 172/98).

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro. Editora Fundo de Cultura, 1961.

SEBRAE. **Fundamentos Básicos de Microcrédito - Programa SEBRAE de Apoio ao segmento de Microcrédito**. [s.l], [s.n], 2001.

SICSÚ. João; PAULA. Luiz Fernando de; MICHEL. Renaut, Et al: **Novo-Desenvolvimentismo - Um Projeto Nacional De Crescimento Com Equidade Social**. Ed. Manole. 2004.

SINGER, Paul. **Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.



**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



STORPER, Michael. **Territories, Flows and Hierarquies in the Global Economy.**  
In.:COX, Kevin. Spaces of Globalization: reasserting the power of the local. New York:  
The Guilford Press, 1997, pp. 19-44.

YUNNUS, Muhammad & JOLIS, Alan. **O Banqueiro dos pobres: a revolução do  
microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países.** São Paulo: Ática, 2004.

YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos Pobres.** 1ª edição – São Paulo,SP 2000  
Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/ 2001 – Luta contra a Pobreza. Banco  
Mundial, Washington, D.C.